



CPDA 40 Anos

Séminaire International « Regards croisés sur les politiques territoriales et la pauvreté : méthodes, terrains et perspectives »

Seminário Internacional “Cruzando olhares sobre políticas territoriais e pobreza: métodos, campos e perspectivas”

Rio de Janeiro, 06 et 07 Decembre 2016

Rio de Janeiro, 06 e 07 de Dezembro de 2016

Políticas públicas territorializadas no Brasil e na América Latina: algumas perspectivas de evolução e de agenda para a pesquisa

Eric Sabourin, CIRAD Art-Dev, UnB-CDS, eric.sabourin@cirad.fr

Introdução

A comunicação trata da evolução dos processos de territorialização de políticas públicas no setor rural no Brasil e de algumas perspectivas de pesquisa sobre esse tema.

A territorialização das políticas considera as especificidades de cada território em oposição ao enfoque vertical que divide a ação pública em setores de atividade separados. Segundo Faure (2007) “em sua formulação mais simples, a territorialização corresponde a uma abordagem política pública que valoriza as características e os recursos de cada território.. o território, mais do que o aparelho de Estado, seria agora o local de definição e solução de problemas públicos. ..supõe um tratamento localizado de certas questões e o desenvolvimento de uma pluralidade de atores envolvidos na produção de um laço político e social”.

Encontramos três principais elementos para justificar a territorialização das políticas públicas: i) O serviço ou o bem público não é distribuído de maneira uniformizada pela autoridade central (Thoenig e Duran,1996; Faure, 2004); ii) existe uma tentativa de aproximar a tomada de decisão dos problemas e dos usuários ou beneficiários das políticas (Massardier, 2008; Duran, 2011); O território não é definido administrativamente mais de acordo com uma dinâmica especificamente territorial (Faure e Négrier, 2007).

A exposição estará dividida em três partes: a primeira, após essa introdução, lembra as principais experiências de territorialização do desenvolvimento no Brasil. A segunda apresenta os principais enfoques de análise da territorialização e ensinamentos da sua aplicação na América latina. A terceira parte examina as principais escolas teóricas ou conceituas que promoveram a análise pela territorialização das políticas. A conclusão aponta algumas perspectivas para a pesquisa sobre esse tema a partir dos primeiros resultados do projeto “Pobreza, territórios e políticas públicas” .

1. Territorialização de políticas de desenvolvimento no Brasil

No Brasil, estado federal contando com três níveis de governo, a partir dos anos 1990, e, sobretudo dos 2000, assistiu-se à criação de novos níveis de governança do desenvolvimento. Historicamente ligados ao processo de descentralização e de criação de municípios, esses novos dispositivos apareceram no seio dos estados federados sob a forma de consórcios intermunicipais, regiões de desenvolvimento (Santa Catarina) ou territórios de projeto como os COREDES no Rio Grande do Sul (Veiga, 2006). Por outra parte, diversas categorias de territórios foram promovidas pela multiplicação e a diversificação das políticas públicas de acordo com vários processos: desconcentração do estado, descentralização, organização do território, participação popular, etc. Concretamente, houve a criação de duas novas escalas de governança: os consórcios intermunicipais e os territórios da cidadania.

Historicamente houve uma territorialização com a descentralização da governança da saúde com uma série de consórcios intermunicipais. Uma experiência foi também conduzida pelo Ministério de Integração Nacional em termos de macro-territórios e de Arranjos Produtivos Localizados (APL). Mas a principal referência de territorialização progressiva e prolongada no Brasil foi aquela da política pública de desenvolvimento rural com a sucessão dos programas PRONAF Infraestrutura Municipal, INCRA-Novo Mudo rural, Programa Nacional e Desenvolvimento Territorial (PRONAT) e Territórios da Cidadania (PTC).

1.1. Os consórcios intermunicipais de desenvolvimento

Bem antes de se falar em desconcentração do Estado já existiam no Brasil, dispositivos de intermunicipalidade nascidos nos anos 80 da iniciativa dos próprios municípios: os consórcios intermunicipais de desenvolvimento (Losada e Ribeiro, 2013). Foram criados para financiar infraestruturas sociais setoriais (saúde, saneamento, educação) antes de serem reconhecidos mediante uma emenda constitucional em 1998, regulada por leis específicas em 2005 e 2007 (Avritzer, 2009). As políticas de desenvolvimento territorial são mais recentes; começaram a ser discutidas no fim dos anos 1990 e aplicadas nos anos 2000.

A descentralização intra-estadual consistiu primeiro na multiplicação e consolidação dos municípios. As primeiras experiências de consórcios intermunicipais têm dado lugar a mais complexidade na governança municipal, introduzindo uma escala intermunicipal não diretamente associada a um poder executivo próprio como os poderes federais, estaduais e municipais. Os consórcios intermunicipais foram desenvolvidos no estado de Minas Gerais para administrar infraestruturas de Saúde (Lima, 2000) e no Estado de São Paulo. Já nos anos 80, o governador Franco Montoro criou uma série de dispositivos territoriais: as Regiões Administrativas, as Regiões de Governo e os primeiros Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Local e de Segurança Alimentar. Durante esse período foram constituídos 34 Consórcios Intermunicipais envolvendo 106 municípios em torno do que o governo chamava de “Batalha da Alimentação” (Caldas, 2008).

Em 1988, a Constituição Federal ampliou e reforçou as competências municipais sem tratar diretamente da questão da cooperação intermunicipal por meio de Consórcios ou qualquer outro instrumento. No entanto, previa que os municípios poderiam “legislar sobre assuntos de interesse local” (CF-88, Art. 30, X). Esse dispositivo serviu de argumento e permitiu que muitos prefeitos fizessem e organizassem os Consórcios Intermunicipais.

A Emenda Constitucional 19 EC-19/98 dispôs explicitamente sobre os consórcios intermunicipais e sobre a cooperação intermunicipal: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos”.

1.2. O desenvolvimento territorial

No caso específico do desenvolvimento rural, a política dos territórios rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) iniciada em 2003 e reforçada pelo programa dos Territórios da Cidadania em 2008 foi a principal inovação recente em matéria de governança multi-nível e de intermunicipalidade.

Inspirou-se pouco das duas experiências anteriores no sul do país: os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) nos Estados do Rio Grande do Sul e as regiões de desenvolvimento de Santa Catarina (Veiga, 2006). Uma referência foi a experiência participativa introduzida no Nordeste pelo Programa de Apoio ao Produtor Rural o PAAP, com financiado pelo Banco Mundial e administrado pela SUDENE e prolongada pelos projetos Umbuzeiro e Don Helder Câmara apoiados pelo FIDA (Sabourin, 2015b).

Os territórios de Desenvolvimento Rural (que por volta de 2008 foram em parte transformados em “Territórios da Cidadania”) foram criados em 2003/2004 pelo Governo Federal sob a presidência de Lula da Silva (MDA, 2004 e 2005). Prolongaram o processo de planejamento participativo da agricultura no âmbito municipal promovido desde 1996 por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável criados em junto com o PRONAF¹ C dedicado a subsidiar infraestruturas coletivas em favor da agricultura familiar (Tonneau e Sabourin, 2007).

O PRONAT ou Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

Desde 2003, o MDA por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), estimula a criação de territórios rurais a partir de critérios de identidade geográfica, cultural e/ou produtiva, visando criar e/ou fortalecer uma institucionalidade territorial supra-municipal (MDA, 2004; Echeverri, 2009). O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) apoia a organização e o fortalecimento dos atores sociais locais em torno de ações participativas (projetos coletivos) e o “reequilíbrio” de políticas de base territorial em áreas marginalizadas com elevado grau de pobreza e alta densidade de agricultores familiares. A gestão das ações é colegial repousa sobre os princípios de uma governança participativa, por meio de um conselho de desenvolvimento do território, intermunicipal e, principalmente, consultivo. Sob a óptica da planificação o programa introduz uma nova modalidade e escala de governança territorial, intermunicipal baseada em áreas rurais reagrupando de 10 a 20 municípios (figura 1). No seu apogeu em 2008 o programa contou com 100 milhões de Reais, o seja 600 000 Reais em média para cada um dos 164 territórios homologados.

O programa dos Territórios da Cidadania - PTC

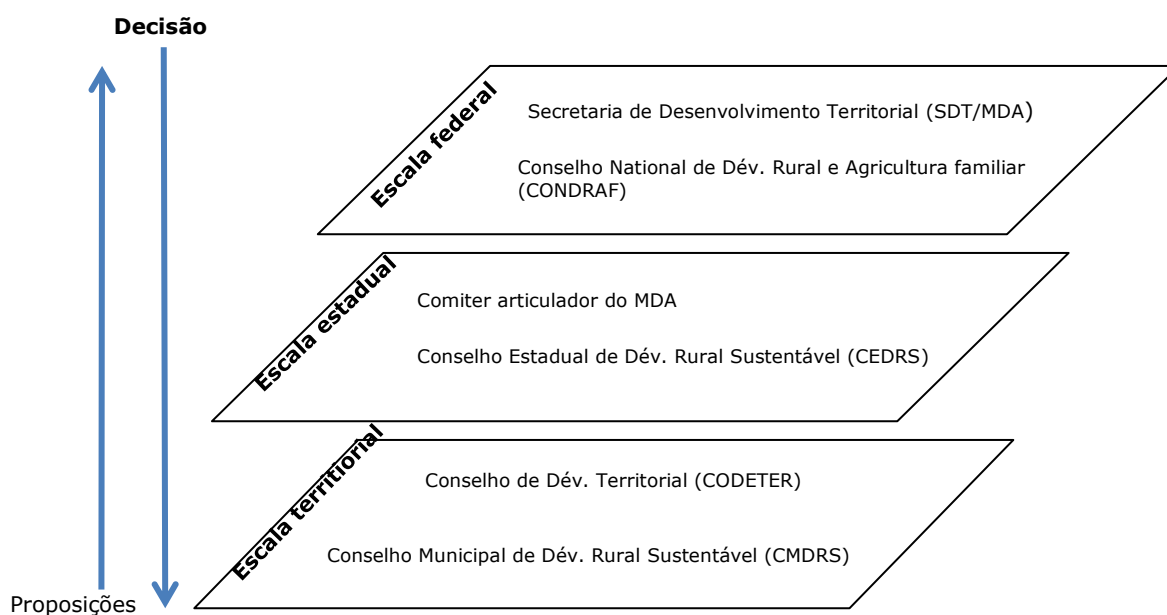
¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, categoria C “Infraestrutura coletiva”.

Na continuidade do PRONAT, o PTC introduziu a proposta de territórios de concentração e coordenação de políticas públicas. Foi criado em 2008 no marco da intensificação do apoio ao crescimento e a luta contra a pobreza em meio rural (PAC Rural) sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Retomou os 4 níveis de governança do PRONAT (CONDRAF, Conselho Estadual, Colegiado territorial e conselhos municipais). São 120 Territórios da Cidadania financiados pelo programa, 56 dos quais localizados no Nordeste abrangendo 1830 municípios (32.89% do total de municípios) e 39.1 milhões de habitantes (23.05% da população)

O programa Territórios da Cidadania envolve 22 ministérios e órgãos federais. Em 2008, 60 Territórios da Cidadania receberam R\$ 12.9 bilhões, e em 2009, 120 Territórios da Cidadania foram adicionados ao programa e receberam R\$ 25 bilhões. Os recursos programados em 2010 foram da ordem de R\$ 27 bilhões. Mas não se trata geralmente de dinheiro novo, a maior parte dos recursos previamente repassados aos municípios se vêm enquadrados nos Territórios da Cidadania (por exemplo, os recursos do programa Bolsa Família).

Já se escreveu muito sobre PRONAT e PTC, em particular das suas limitações para romper as tensões entre as entradas setoriais e territoriais, o público meta sendo precisamente um segmento do setor da agricultura. De fato o objetivo prioritário era precisamente um reequilíbrio a favor da agricultura familiar (MDA, 2005).

Figura 1: Quadro de gestão do programa PRONAT-PDSTR



Os freios a territorialização estão ligados a uma forte dependência do caminho federal (Mahoney, 2001) dado o peso da subsidiariedade do sistema federalista, às tensões entre democracia representativa e participativa e a uma persistência de assimetrias entre os representantes da sociedade civil e do setor público (Sabourin, 2012, 2015^a&b). Os Colegiados territoriais nem sempre foram exemplos de democracia, funcionando mais por cooptação que por eleição. A ausência de estatuto jurídico dos territórios implica de confiar a execução dos projetos aos executivos estaduais ou municipais, esses últimos sendo muitas

vezes inadimplentes. Por outra parte a mediação das redes dos técnicos da assistência técnica (Avila, 2010) tem se aproveitado de um marco contratual mole (Gaudin, 1999).

Os projetos dependem de fato muito da habilitação de consultores ou de ONGs parceiras e não existe avaliação da implementação das ações, apenas do desembolso federal, com poucas sanções.

Isto leva Favaretto (2010) a falar de um processo de inovação por adição onde se deu mais importância aos processos que aos conteúdos. Duran (1999) evoca no caso da Europa a “tirania dos processos”. No Brasil diferentemente da EU, os co-financiamentos locais dos projetos são simbólicos e em geral o orçamento dedicado aos projetos foi menor que aquele dedicado a capacitação, os estudos e o acompanhamento.

2. Análise das políticas territoriais rurais na América Latina

2.1. Os programas de desenvolvimento territorial rural

O termo de políticas de desenvolvimento territorial remete para uma diversidade de instrumentos e de programas. Corresponde a mecanismos de descentralização, de desenvolvimento local ou regional, de desenvolvimento rural ou de gestão e urbana, etc.

As políticas de desenvolvimento territorial apresentam elementos comuns: i) Emergência e valorização diversa da noção de território; ii) preocupação com a valorização de recursos territoriais (os atributos) e iii) preocupação com a inovação e renovação do *policy making* (Massardier e Sabourin, 2013, Favaretto, 2010).

O ‘modelo’ comum de políticas territoriais rurais na América Latina se constrói entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000 (tabela 1) em torno de dois aspectos o referencial e os instrumentos. Em termos de referenciais conceptuais e metodológicas, são mobilizadas as noções de desenvolvimento endógeno e sustentável dos territórios, de descentralização ou desconcentração do estado, de participação dos atores desses territórios, de identidade territorial e ainda de multifuncionalidade da agricultura ou dos espaços rurais.

Os instrumentos dessas políticas são híbridos associando planejamento nacional e regional, zoneamentos de territórios específicos e dispositivos participativos (comissões participativas ou conselhos territoriais, gestão social ou integrada). A dimensão transversal da ruralidade passa por programas de combate a pobreza, saúde pública e seguridade alimentar, meio ambiente, educação. Tecnicamente, a maioria das políticas promove a atribuição de subsídios ou crédito para financiamento de equipamentos e infraestruturas coletivos.

O objetivo anunciado das políticas de desenvolvimento territorial era reequilibrar as áreas rurais marginalizadas e valorizar os atributos específicos dos territórios rurais. A abordagem metodológica promove geralmente a concentração de investimentos produtivos estratégicos e o fortalecimento das capacidades de ação e de decisão dos atores locais por meio da participação da sociedade civil organizada.

Tabela 1. As políticas de desenvolvimento territorial rural na América Latina

| País | Política | Lei | Ano |
|-------------|--|--|------------------------------|
| Argentina | Proyecto de desarrollo e pequeños productores rurales – ProInder Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentable - ProFeder Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios INTA | | 1998 2003 2006 |
| Brasil | PRONAF-CMDR PRONAT-PDSTR PTC Programa Territórios da Cidadania | Decreto N° 1.946, de 28 e junho de 1996 | 1996 2003 2008 |
| Chile | Política Regional y territorial SECODIR (Ministerio Interior) Programa de Desarrollo Territorial Indígena (PDTI) e PADIS Pol. Nac. Desarrollo Rural 2014-24 | | 2006 2008 2013 |
| Colômbia | INCODER (en Ministerio de agricultura) Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014 Prosperidad para Todos Desarrollo Rural e Territorial, DRET | Ley 388/97 ordenamiento territorial rural Ley 1152 | 1997 2007 2009 2012 |
| Costa Rica | Instituto Nacional de Desarrollo Rural INDER Grupos de Acción Territorial GAT | Ley Fomento Producción Agropecuaria FODEA y Orgánica del MAG | 1995 2006 2010 |
| El Salvador | Territórios del Progreso | Presidência Republica | 2008 |
| Equador | Prolocal y Proder Plan Nacional del Buen Vivir | Art. 279 de la Constitución de la República del Ecuador 2013 | 2007 2008 |
| México | Programa Nacional de Solidaridad-PRONASOL Consejo Mexicano para el Desarrollo Rural Sustentable | Ley de Desarrollo Rural Sustentable | 1990 2001 2008 |
| Uruguai | Mesas de Desarrollo Rural (Ministerio de Ganadería y Agricultura) | Ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible 18.308 | 2009 2007 |

Fonte: pesquisa autores

2.2. Uma hibridação das referências, dos objetivos e dos instrumentos

Uma característica comum às políticas territoriais na América Latina é a ambição de associar vários objetivos e vários enfoques inovadores, mas que nem sempre se casam bem naturalmente.

A territorialização exige a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento que procure adaptar as políticas setoriais às restrições ou às especificidades locais. Mas nos casos estudados, a territorialização corresponde também a um processo que procura a construção de “territórios de projeto” (Dubois, 2009). Isso supõe uma relação entre os projetos ou o projeto do território e uma construção de identidade por diferentes atores em várias escalas. Essa construção tem um impacto sobre a tomada de decisões (o político) e sobre a organização dos serviços (o administrativo e setorial). Portanto pode existir um processo de territorialização dos serviços que seja desligado daquele do político ou vice-versa. Essa defasagem que podemos observar nas políticas estudadas nos quatro países explica ao mesmo tempo o caráter incompleto ou híbrido do processo de territorialização. Por exemplo, no Brasil como no Uruguai, trata-se mais de um processo de descentralização (do MDA e do Ministério de Pecuária e Agricultura) que de territorialização das iniciativas e dos projetos.

Existe um duplo movimento: descendente quanto às modalidades de apoio e ascendente, apenas para a identificação dos projetos locais ou dos seus beneficiários.

Se a territorialização das políticas de desenvolvimento consiste de fato em aproximar as tomadas de decisão dos problemas dos usuários/beneficiadores, não é surpreendente que esses instrumentos estejam associados a processos de desconcentração do Estado, de descentralização e de participação da população. Em realidade, cada país realiza uma espécie de bricolagem dentro do seu marco constitucional e a partir das instituições existentes para aproximar ações de desenvolvimento e territórios rurais.

Esses três processos estão bem presentes, em diversos graus nos quatro países. No entanto, existe sempre um Ministério do Planejamento (Argentina), do Interior (Chile), da Integração nacional (Brasil) ou do Ordenamento territorial (Uruguai), encarregado da planificação, da arrumação, da coerência e da coordenação territorial, mas diferente do processo de construção de “territórios de projeto”. As relações entre esses ministérios e os programas de desenvolvimento territorial rural nunca estão bem claras nem evidentes. Por outra parte, existem diversos dispositivos jurídicos ou institucionais de descentralização, regionalização e ordenamento do território. Os mesmos podem funcionar, e às vezes bem, sem recorrer a um enfoque participativo agregado, já que corresponde a emanação de uma democracia representativa ou eleitoral local ou regional. É o caso dos consórcios intermunicipais (Brasil), dos sindicatos mistos de vales ou bacias (Argentina, Brasil, Uruguai, Chile), dos conselhos e das agências de desenvolvimento regional (Brasil, Chile), das câmaras setoriais e alianças produtivas (Chile), etc.

De fato, os níveis de participação e os níveis de desconcentração e descentralização são diferentes de um país a outro. No Chile e na Argentina, é mais o caso dos governos regionais ou provinciais. No Uruguai, a descentralização está apenas iniciando e existe às vezes uma confusão entre os diversos interlocutores sobre os níveis territoriais a serem escolhidos para as Mesas de Desenvolvimento Rural. Inicialmente para o Ministério da Pecuária e Agricultura era aquele dos departamentos que corresponde a sua escala de desconcentração. Para os poderes locais, depende de onde estão transferidos os recursos em função da nova lei de descentralização e da criação de municípios. Para os agricultores o território deveria corresponder à área coberta pelas suas organizações profissionais, cooperativas, colônias e sociedades de fomento. Nos departamentos de Salto e de Rivera se passou assim de uma única a três ou quatro mesas em função desse processo.

No Brasil, a dificuldade vem do fato da escala territorial (reunindo vários municípios) não corresponde a uma escala administrativa e encontra-se muitas vezes, paralisada em termos de execução, entre os níveis do estado federado e do município. Finalmente, paradoxalmente, a característica principal da territorialização das políticas públicas, a transversalidade, está pouco presente, pela natureza do público meta e dos ministérios mobilizados.

Na Argentina e no Brasil onde essa hibridação dos referenciais, objetivos e instrumentos está mais marcada, chega a provocar uma confusão entre as prioridades e as mensagens da política pública. Favareto (2010) nota nesses dois países, o caráter fragmentado do programa e o lado às vezes ilusório dos discursos com relação aos meios e resultados. A propósito das diversas dimensões agregadas num mesmo programa, ele evoca “um processo de inovação por adição” e uma falta de prioridades claras.

2.3. Policy mix de diversas dimensões

Os programas de desenvolvimento territorial rural na América Latina terminam sendo constituídos por conjuntos de instrumentos ou *policy mix* apresentando entre várias dimensões:

- i) As políticas de descentralização: são dispositivos e políticas que permitem a transferência da responsabilidade da prestação do serviço central para uma administração regional ou local (indireta ou para o particular.). Geralmente acontecem problemas com a transferência dos recursos.
- ii) As políticas de desconcentração do Estado que asseguram a distribuição do serviço dentro da mesma Pessoa Jurídica, operando uma transferência com hierarquia.
- iii) Os instrumentos de desconcentração administrativa com a criação de regiões administrativas (Sta Catarina) ou de territórios de planejamento (MIN, MDA, Bahia, etc);
- iv) Dispositivos de participação: trata-se das consultas públicas ou populares como o orçamento participativo e também da criação de conselhos setoriais como os conselhos municipais de desenvolvimento rural, CODETER, etc

A desconcentração do Estado depende de três critérios fundamentais – níveis, graus e formas de desconcentração:

- i) os níveis de desconcentração são a *desconcentração a nível central* (serviços da administração central) e a *desconcentração a nível local* no âmbito dos serviços da administração local;
- ii) os graus da desconcentração : ela pode ser *absoluta* (intensa e levada tão longe que os órgãos por ela atingidos se transformam de órgãos subalternos em órgãos independentes) ou *relativa* (menos intensa e, certas competências próprias a órgãos subalternos, mantém a subordinação destes ao poder do superior)
- iii) as formas de desconcentração são a *desconcentração originária* que decorre imediatamente da lei, que desde logo reparte a competência entre o superior e os subalternos e a *desconcentração derivada* que só se efetiva mediante um ato específico praticado para o efeito pelo superior. Traduz-se na *delegação de poderes*.

A desconcentração traduz-se num processo de descongestionamento de competências, conferindo-se a funcionários ou agentes subalternos certos poderes decisórios, os quais numa administração concentrada estariam reservados exclusivamente ao superior.

Não existem sistemas integralmente concentrados, nem sistemas absolutamente desconcentrados. O que normalmente sucede é que os sistemas se nos apresentam mais ou menos concentrados – ou mais ou menos desconcentrados.

A principal razão pela qual se desconcentram competências consiste em procurar aumentar a eficiência dos serviços públicos.

Por outro lado, há quem contraponha a estas vantagens da desconcentração certos inconvenientes: em primeiro lugar, diz-se, a multiplicidade dos centros decisórios pode inviabilizar uma atuação harmoniosa, coerente e concertada da Administração; etc.

A tendência moderna, mesmo nos países centralizados, é para favorecer e desenvolver fortemente a desconcentração.

No estudo realizado pela Red PP-AL (Sabourin et al, 2015) as políticas de DTR aparecem ligadas a instrumentos de redução da pobreza, pelo estímulo às dinâmicas económicas locais e territoriais num contexto de liberalização económica e as suas consequências. Essa tese considera que o melhoramento da competitividade e do desenvolvimento económico requer

uma mudança de estratégia com políticas e programas públicos focados na competitividade das cadeias de valor de alto potencial aproveitando das sinergias, atributos e ativos dos territórios. As propostas dos autores chilenos e do RIMISP incorporam o enfoque territorial com essa perspectiva ligada a redução da pobreza pela promoção do desenvolvimento produtivo e da competitividade (Ropert, 2009, Schejtman e Berdegue, 2004; Rimisp, 2008) Pela outra vertente, mais difundida pelo IICA e autores mexicanos (Sepulveda et al., 2003) e brasileiros (Duncan, 2013; Oliveira, 2006), os programas de DTR seriam a expressão de uma nova ruralidade, baseada na valorização de atributos locais relativos a identidade (Echeverri, 2009) e a multifuncionalidade da atividade agropecuária e dos territórios /terruños (Schneider e Cassol, 2013).

Uma fonte de inquietude na escala da América Latina vem dos programas de DTR que terminam naturalizando, como se fosse evidente, a associação ou agregação (Favareto, 2010) entre uma grande diversidade de temas (desenvolvimento rural, sustentabilidade, redução da pobreza, etc.) e com vários enfoques (descentralização, arrumação do território, desconcentração do estado, participação da sociedade civil). Essas políticas podem mobilizar uma retórica de apoio à produção, mas sem estratégia coerente de desenvolvimento econômico, ou sem meios para poder investir nas ferramentas que estão na base da produção: estabilização fundiária, inovação tecnológica, diversificação produtiva e acesso aos mercados, etc. Às vezes, os programas de DTR se traduzem numa oposição entre um enfoque de desenvolvimento territorial e endógeno e o enfoque das cadeias produtivas. Trata-se de procurar integrar melhor os programas de desenvolvimento rural e de desenvolvimento agrícola, de maneira a valorizar realmente os atributos territoriais, e as sinergias possíveis entre agricultura, médio ambiente, turismo, artesanato, comércio e agroindústria. Mas, na América Latina, a imagem dos projetos no Chile, Peru e Equador, já estão sendo experimentadas iniciativas que vão nesse sentido e procuram aproximar produtores, mercados de consumidores e agroindústria: as alianças produtivas entre agricultores e agroindústria (Chile, Equador), alianças campesino-cozinheiro (Peru), programas de compras públicas aos agricultores familiares (Brasil, Equador, Paraguai, etc.), feiras da agricultura familiar e feiras agroecológicas (Argentina, Brasil, Peru).

Finalmente, outro risco seria um tipo de “culto do território” para retomar uma expressão de Sotomayor (2013), que deixaria esquecer o fato que todo território está inserido num quadro global, geralmente também determinante. Trata se evitar enfoques demasiado endógenos que negligenciam as interações entre o território e o seu ambiente externo, ou entre territórios vizinhos, mesmo se existe um potencial e valores na identidade territorial.

3. Os diversos enfoques disciplinares de pesquisa e analise

Varias disciplinas têm trabalhado a questão do território e da territorialização do desenvolvimento e das suas politicas. As principais são a economia, a geografia e a ciência politica.

3.1 Enfoques da economia e da geografia econômica

Na economia, três escolas dominam esse campo: o institucionalismo, o neo-institucionalismo e a economia espacial ou economia da proximidade.

De fato, é essencial poder analisar a partir de uma perspectiva histórica, as trajetórias das mudanças institucionais, organizativas e politica tratadas por diversos enfoques de economia

institucional, em particular autores como Aoki, Hodgson, Mahoney, North, Thelen, Williamson.

Na economia espacial e geografia económica é mobilizado no enfoque dos Sistemas produtivos locais (Michael Storper, Claude Courlet, Bernard Pecqueur). O território aparece como uma nova unidade de análise: a proximidade espacial estimula as externalidades estáticas como as dinâmicas e fomenta circulação do conhecimento e favorece os processos de aprendizagem.

Economia espacial e geografia económica se encontraram em torno da noção de SPL e logo de SIAL. Os SIAL (Sistemas Agroalimentares Locais) correspondem à aplicação dos SPL à agricultura e à pequena ou média agroindústria (Requier-Desjardins, Muchnik, Boucher, Torres Salcido).

A análise pela política do desenvolvimento económico e a análise da geografia económica fazem referência a diversos territórios de projeto: os sistemas produtivos localizados, os APL, os cluster, alianças produtivas, dispositivos em maioria herdados dos “distritos industriais italianos”. Os distritos industriais da terceira Itália (Marshall, 1880; Becattini, 1990) correspondem a mobilização de uma noção geográfica pelos economistas para caracterizar um lugar utilizado para facilitar a complementaridade das competências entre firmas e outros atores, por exemplo, a concentração PME’s dinâmicas, exportadoras em rede e em concorrência (Becattini, 1990).

Segundo a CEPAL (2003), na América Latina, as condições culturais e espaciais não são as mais adequadas para concretizar aglomerações industriais do tipo dos distritos industriais ao estilo europeu. No entanto, existe a possibilidade de induzir esses processos, para os quais se requiere a formulação de políticas públicas destinadas à criação de redes empresariais e ao fortalecimento das alianças estratégicas entre o sector público e o privado. Nos casos analisados pelo estudo da CEPAL-ILPES (2003) observa-se que a localização das aglomerações industriais e as suas características obedecem a três fatores: a presença de empresários inovadores, o apoio de centros tecnológicos ou universidades com uma forte interação entre pesquisa e desenvolvimento com as empresas situadas no território; e finalmente, a mão de obra barata, principalmente nas aglomerações de México, centro América e Nordeste de Brasil.

Em quanto ao setor rural, se supõe que a política de DTR venha apoiar a valorização dos atributos específicos dos territórios para torná-los mais competitivos, uma vez que os ativos de base (saúde, educação, energia e transportes) estão reunidos. Mas, na América Latina, geralmente, a descentralização não está ainda totalmente realizada e nas regiões rurais mais pobres, alvo dos programas de DTR, os ativos de base (educação, saúde, energia, transportes) não estão sempre assegurados.

3.2. O enfoque da governança

As ciências de gestão e da administração têm promovido as noções de governança, de gestão territorial ou social. Neste campo do desenvolvimento, a governança aparece com varias concepções: de Williamson a Boaventura Santos, passando pela multi-level governance (Hoogbeek & Marks; Bache & Flinders) e a governança dos recursos comuns (Ostrom).

No Brasil houve trabalhos importantes sobre os processos de democratização e participação: gestão social, gestão territorial (Avritzer, Wampler e Avritzer, Sepúlveda e Duncan, Dagnino e Tatagiba). Na América Latina, pela influencia da academia na Espanha, foram mobilizadas as noções de “desenvolvimento endógeno, aut centrado, autónomo, solidário, sustentável, humano, cultural”. Aparece também nos estudos uma fascinação pela acumulação de diversas formas de capital (social, humano, etc) influenciada pela análise da terceira Itália (Putnam,

1996). Essas análises remetem muitas vezes à certa síntese encantada ligada a dinâmica das autonomias associada aos apoios do programa Leader Plus na Espanha (Barquero, 2000, 2007; Albuquerque, 2008, 2013).

A governança das cadeias pode ir da redução dos custos de transação (Williamson 1985) como “matriz neoliberal” até à resistência local contra a globalização capitalista a partir de ativos e mercados locais (Santos, 2007).

A diversidade teórica da noção de governança territorial como da sua apreensão e aplicação metodológica. O campo da Governança multi-níveis e da reforma do Estado analisa os processos de descentralização/ regionalização/criação de novos territórios. As características desses processos são o policentrismo, a fragmentação e competição para recursos. Os estudos de referencia dessa corrente foram motivados pela inserção do nível supranacional da CE na Europa (Hoogue y Marks, 2001; Bache y Flinders, 2004; Dubois, 2009).

A governança ambiental e dos recursos comuns remete aos conceitos de auto-regulação, capital social e respeito/ renovação regras, aprendizagem, (Ostrom, 1990; 2008). Em todos os casos, tem que ser ciente das limitações da proposta da governança e me particular das exigências e especificidades das condições de funcionamento de um modelo de governança (Kooiman, 1993)

3.3. A ciência política e a análise de políticas públicas

Com o ingresso nesse campo do DT da ciência política, da sociologia política e sociologia das organizações assistimos à uma evolução por meio da noção de ação pública de desenvolvimento .A ciência política também estuda os processos de descentralização e de territorialização das políticas em particular no caso das políticas desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno (Duran & Thoenig, Faure, Smith). Para a ciência política, a territorialização da política pública consiste em aproximar decisão política pública dos usuários (Massardier, 2008).

Descentralização e territorialização das políticas para os autores latino-americanos de referência, consiste em cruzar descentralização e território, em sair da dependência da centralização para promover políticas desenvolvimento local e endógeno (Boisier, 2004; Barquero, 2007) .

No Brasil pos-ditadura e com as primeiras cidades administradas pela esquerda (Partido dos Trabalhadores) houve trabalhos sobre a relação entre democratização e participação e as ferramentas metodológicas dessa análise (Dallabrida , 2003). A reflexão sobre participação e neoliberalismo foi conduzida por Dagnino, 2004, Dagnino e Tatagiba, 2007, Goirand, 2010. O enfoque da gestão social, gestão territorial social do MDA inspira-se em parte nesses trabalhos. Favaretto (2010) analisa as ambiguidades da gestão social territorial.

A corrente dos estudos sobre integração regional aborda também os processos de territorialização das políticas publicas a sua circulação (Massardier e Sabourin, 2013) seja no Mercosul, no SICA, na CAN (Samper e Torrens, Dabene, etc) ou na Europa (Lequesne e Surel, Pasquier)

Conclusão

Atrás do termo políticas de desenvolvimento territorial na América Latina e no Brasil, existe uma grande diversidade de instrumentos e programas que na origem provem de mecanismos de descentralização, de desenvolvimento local ou regional, de desenvolvimento rural ou de gestão urbana. Nessa evolução das estratégias de desenvolvimento e na emergência do território, houve uma importância histórica dos enfoques da geografia econômica, social, política, mas também do contexto de liberalização e de retração do Estado. Esses programas correspondem a mecanismos de desenvolvimento econômico em contexto de competitividade crescente. Progressivamente houve uma tentativa de domínio desse campo pela economia e pelas ciências de gestão e administração.

As perspectivas de pesquisa no Brasil e na América Latina em geral podem mobilizar quatro entradas.

Primeiro precisaria qualificar melhor quanto a emergência de políticas de DT é ao mesmo a consequência e a expressão de políticas de caráter neoliberal e de uma retração do estado.

Segundo caberia avaliar em que medida as políticas de DT que devem ser transversais e multi-níveis podem ser utilmente implantadas por ministérios setoriais.

Terceiro caberia investir mais como mostro o nosso projeto sobre o *continuum* rural urbano ou as complementariedades e tensões entre campo e cidade nas dinâmicas e políticas territoriais.

Finalmente uma grande lacuna da pesquisa tem a ver com a dimensão econômica e comercial dos programas de desenvolvimento territorial que privilegiem muitas vezes a implementação de equipamentos e infraestruturas coletivas intermunicipais, mas esquecem os aspectos fundiários e de acesso aos mercados: trabalhar a questão da terra e da segurança do acesso e da seguridade fundiária na perspectiva territorial, pois o acesso democrático aos recursos deve ser uma prioridade. Segundo analisar as experiências e dispositivos de interação ou conexão entre produtos na escala do território e cadeias ou mercados em diversas escalas, locais, territoriais, mas também nacionais e internacionais.

Bibliografia

- Avila, M. L. (2010) *Ação pública territorializada de desenvolvimento rural: O caso do Território das Águas Emendadas*. Tese Desenv. Sust. Sociologia, Brasília, UnB-CDS,
- Avritzer, L (org). 2009) *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez,
- Bache I., Flinders M. (eds), *Multi-Level Governance*, Oxford University Press, 2004
- Bache I.; Flinders M. (eds.). (2004) *Multi-Level Governance*. New-York: Oxford University
- Bagnasco A. et al., *PME et développement industriel en Europe*, Paris, La Découverte, 1994.
- Bagnasco A. et Triglia C., "La construction sociale du marché", *Le Défi de la troisième Italie*, Éditions de l'École Normale Supérieure de Cachan, Cachan, 1988.
- Barquero A. V. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. *Investigaciones Regionales*, núm. 11, 2007, pp. 183-210.
- Barquero, Antonio Vázquez - Desarrollo endógeno y globalización, *EURE*, vol. XXVI, núm. 79, diciembre, 2000, , p. 0 Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile
- Becattini, Giacomo (1990): *Los distritos industriales y el reciente desarrollo italiano*.
- Becattini, Giacomo (2005): *La oruga y la mariposa. Un caso ejemplar de desarrollo en la Italia de los distritos industriales: Prato (1954-1993)*.
- Berdegú, J.A.; Modrego B, F. (2012). *De Yucatán a Chiloé: dinámicas ter-ritoriales en América Latina*. Teseo y RIMISP, Buenos Aires.Comunidad Andina. (2013).

- Lineamientos y Objetivos Estratégicos de Desarrollo Rural Territorial de la Comunidad Andina*. Documentos de Trabajo,
- Caldas, E.L. 2008 *Formação de Agendas Governamentais Locais: o caso dos Consórcios Intermunicipais*. Tese de Doutorado em Ciência Política, FFLCH, USP,
- Callon, M., Lascoumes, P., Barthe, Y. (2001) *Agir dans un monde incertain*. Essai sur la démocratie technique, Paris, Seuil,
- Castro-Conde C. A., (2010) A vueltas con la 'gobernanza multinivel' *Revista Española de Ciencia Política*. Núm. 22, pp. 119-133
- CEPAL, *Panorama del desarrollo territorial en América Latina y el Caribe*, Santiago de Chile, CEPAL, 2010. Colección Documentos de proyectos
- CEPAL-ILPES 2003. *Planificación estratégica territorial y políticas públicas para el desarrollo local*, Santiago de Chile, , 67p. (redacción) de A Elizalde <http://www.cepal.org/es/publicaciones/7285-planificacion-estrategica-territorial-y-politicas-publicas-para-el-desarrollo>
- CEPAL-ILPES 2015 *Memoria del primer Encuentro de Expertos Gubernamentales en Políticas de Desarrollo Territorial en América Latina y el Caribe* Santiago de Chile, CEPAL, 104p.
- Champetier Y., *La Estrategia de Microregiones: une nouvelle stratégie de lutte contre la pauvreté dans les territoires les plus en difficulté du Mexique*, Washington D.C.: Inter-American Development Bank. 2003.
- Dabene O. 2009. *The Politics of Regional Integration in Latin America: Theoretical and Comparative Explorations* , New York, Palgrave Macmillan.
- Dagnino, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 139-164, out. 2004. [[Links](#)]
- Dagnino, E.; Tatagiba L. Introdução. In: DAGNINO, Evelina; TA TAGIBA, Luciana (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007. p. 9-19. [[Links](#)]
- Dallabrida V. ; Becher D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, v. 1, n. 2, p. 73-98, jul./dez. 2003.
- Dubois, J. Les politiques publiques territoriales - La gouvernance multi-niveaux face aux défis de l'aménagement, Rennes, PUR, 2009
- Duran (Patrice), Thoenig (JC), L'Etat territorial , in Commaille (Jacques),
- Duran P, « Territorialisation », in Pasquier Romain, Guigner Sebastien, Cole Alistair, *Dictionnaire des politiques territoriales*, Presses de Sciences Po, 2011, pp. 477-482
- Duran P, *Penser l'action publique*, Paris, LGDJ , 1999.
- Duran P, Thoenig JC, « L'État et la gestion publique territoriale », *Revue française de science politique*, 46 (4), août 1996, p. 580-623
- Duran P. (1999.) *Penser l'action publique*, Paris, Librairie G. D. J.,
- ECADERT - Estrategia Centro-Americana de Desarrollo Rural Territorial <http://www.territorioscentroamericanos.org/ecadert/Paginas/default.aspx>
- Echeverri R. P. (2009) .Identidade e território no Brasil, Brasília, IICA,
- Echeverri R. ; Sotomayor O. Estrategias de gestión territorial rural en las políticas públicas en Iberoamérica, Santiago de Chile, CEPAL, documento de proyecto LC/W 376, 2010, 93p
- FAO, Un enfoque para el desarrollo rural: el Desarrollo Territorial Participativo y Negociado (DTPN), Roma: FAO-DDR, 2005, 110p. http://www.fao.org/sd/dim_pe2/docs/pe2_050402d1_es.pdf
- Faure A., « Territoires/Territorialisation », in L. Boussaguet, S. Jacquot et P. Ravinet *Dictionnaire des politiques publiques*, Paris, Les Presses de Sciences Po, 2004 <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/11/32/96/PDF/dicooAF.pdf>

- Faure A., Negrier E., *Les politiques publiques à l'épreuve de l'action locale : critiques de la territorialisation*, Paris, L'Harmattan, 2007.
- Faure A., Une nouvelle critique territoriale?. *Les politiques publiques à l'épreuve de l'action locale. Critiques de la territorialisation*, L'Harmattan, p. 275-283, 2007.
- Favareto, A A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? *Estudos Avançados*, v. 24, n.68, 2010 : 299-319
- Gaudin, J P. (1999) *Gouverner par contrat, l'action publique en question*, Paris, Presse de Science Po,
- George S., (2004) Multi-level Governance and the European Union. In: Bache, I. & Flinders, M. (eds) *Multi-level governance*. Oxford: Oxford University Press,
- Hodgson, G. M. (2003). "John R. Commons and the foundations of institutional economics." *Journal of Economic Issues*: 547-576.
- Hooghe L., Marks G., *Multi-Level Governance and European Integration*, Bruxelles et New-York, Inc. Rowman and Littlefield Publishers, 2001.
- Hooghe, L.; Marks, G. (1997). “The Making of a polity: the Struggle over European Integration”, *European Integration online Papers*, 1: 4.
- IICA *Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*, Brasília: IICA, 2013 Forum DRS, Vol. 21
- Jessop B. (2004) Multi-Level Governance and Multi-Level Meta-Governance, In: Bache, I. & Flinders, M. (eds.) *Multi-level governance*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Jordan A. (2001) The European Union: an evolving system of *multi-level governance* ... or government? *Policy & Politics* vol 29 no 2: 193–208
- Kingdon J. W. *Agenda, Alternatives and Public Policy*, Boston: Little Brown & Company. 1984
- LINDBERG Leon, *The political Dynamics of European Economic Integration*, Stanford CA, Stanford University Press. 1963
- Kooiman J. (1993) *Modern Governance, New Government, Society Interaction*, London, Sage.
- Kooiman, J.; Bavinck M.. (2005). The Governance Perspective. In *Fish for Life: Interactive Governance for Fisheries*, eds. J. Kooiman, S. Jentoft, R. Pullin and M. Bavinck, 11-14. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Lascoumes, P. ; Simard L. (2011). *L'action publique au prisme de ses instruments*, paris, Presses de Sciences Po
- Leite, S.. P.; Kato, K.; Zimmerman, S. (2009) *Gestão social dos territórios*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ-OPPA-IICA, (Relatório Final).
- Lequesne C & Surel Y (dir). *L'Intégration européenne. Entre émergence institutionnelle et recomposition de l'État*, Paris, Presses de Sciences Po, 2004.
- Lima, A P G, (2000) *Inter-municipal Health Consortiums and the Brazilian Public Health System Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16 (4), pp: 985-996,
- Lindblom C.E. Still Muddling, Not Yet Through, *Public Administration Review* 39: 1979 :517-526.
- Losada P. R., (2015) “A experiência brasileira de governança multinível” 13º Semana Europeia das Cidades e Regiões Open Days, Bruxelas, 12 e 15/10/2015 Painel "Modelos de Governança Multinível: o processo de descentralização em América Latina"
- Losada, P. R. ; Ribeiro, W. A. (2013) Consórcios públicos: dilemas jurídicos ou políticos?. In: Marcela Cherubine, Vicente Trevas. (Org.). *Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro*. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 41-54.
- Mahoney J; Thelen K. A Gradual Theory of Institutional Change, in Mahoney J; Thelen K. *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power* , New York: Cambridge University Press, 2010. pp. 1-37
- Mahoney, J. (2000). Path Dependence in Historical Sociology. *Theory and Society*. 29: p.507-548.

- Mahoney, J. Path dependent explanations of regime change: Central America in comparative perspective. *Studies in Comparative International Development*, 36 (1), 2001 : 111-141.
- Marks, G. (1993). Structural policy and multi-level governance in the EC, in: A. Cafruny and G. Rosenthal (eds.), *The state of the European Community. Vol. 2, The Maastricht debates and beyond*, 391–410. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- Marks, G. (1996). An actor-centred approach to multi-level governance, *Regional and Federal Studies* 6, no. 2: 20–40.
- Marshall, A (1890): *Principios de Economía*. Madrid, 1963. 31
- Massardier G. (2008) *Politiques et action publiques*, Armand Colin, collection «U», Paris,
- Massardier G.; Sabourin E. Internationalization and dissemination of rural territorial development public policies: model hypotheses for Latin America. *Sustentabilidade em Debate*, 4 (2) 2013: pp 83-100.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004) *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*. Brasília, Brasil.
- MDA-CONDRAF Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (2003) *Referências para um desenvolvimento territorial sustentável*, Brasília, MDA-SDT-CONDRAF,
- Mello, L. de; S. Lago-Peñas (2012), “Local Government Cooperation for Joint Provision: The Experiences of Brazil and Spain with Inter-Municipal Consortia”, *Working Paper 12-18*, Centro Internacional de Política Pública.
- Miranda C ; Tiburcio (Coord) 2010. Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil Avanços e Desafios, Brasília, IICA Brasil, 26p
- Muller P. (1990) *Les politiques publiques*, Paris, Presses Universitaires de France,
- North, D. Institutions. *The Journal of Economic Perspectives* , Vol. 5, No. 1. (Winter), pp. 97-112, 1991
- North, D. C. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ostrom E. (1990) *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. New York: Cambridge University Press,
- Ostrom E. (1998) A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review* 92 (1), pp. 1-22,
- Pasquier R, Guigner S, Cole A. (2011) *Dictionnaire des politiques territoriales*, Paris, Presses de Sciences Po
- Pasquier R., L’européanisation par le bas : les régions et le développement territorial en France et en Espagne », in J. Fontaine, P. Hassenteufel, *To change or not to change? Le changement de l’action publique à l’épreuve du terrain*, PU de Rennes, 2002
- Pasquier, R. ; Weisbein J. L’Europe au microscope du local. Manifeste pour une sociologie politique de l’intégration communautaire, *Politique européenne*, n°12, 2004 : 5-21
- Pasquier, R. La capacité politique des régions. Une comparaison France/Espagne, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2004.
- Pasquier, R. V. Simoulin ; J. Weisbein, (2007) *La gouvernance territoriale. Pratiques, discours et théories*, Paris, LGDJ,
- Perraud. D. (2001) Europe, Etats, régions : la gouvernance multi-niveaux et le rôle des régions dans les politiques agricoles et rurales. Paris, CERI -Sciences Po
- Peters G. ; Pierre J. (2004) Multi-Level Governance and Democracy, In: Bache, I. & Flinders, M. (eds.) *Multi-level governance*. Oxford: Oxford University Press,
- Porter, Michael (1991): *La ventaja competitiva de las naciones*. Buenos Aires. Javier Vergara Editor,

- Roport M.A., 2009 *Política de Desarrollo Económico. Territorial en Chile: Principales Iniciativas*. Documento de Trabajo N° 56. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago de Chile
- Sabourin E. (2012), Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais, in *Ruris*, vol. 6, n°2 : 53-90, dossiê “Estado e controle de populações rurais na América Latina”
- Sabourin E. (2015a), Politiques de développement rural territorial au Brésil : entre participation et clientélisme in *Esprit critique*, V 21 n °1, Printemps 2015, pp 129-147
- Sabourin E. (2015b) Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil in *Novos Cadernos do NAEA* v. 18, n. 1, p. 123-143, jan-jun. 2015
- Sabourin E.; Samper M.; Sotomayor O. (Coord.). *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas*, San José, IICA, CEPAL, CIRAD, IICA, Red PP-AL, 2015
- Sabourin, E., Rodrigues, J.A. (2009) Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia-MT, in *Desenvolvimento Territorial, Diretrizes para a região da BR 163*, Volume 2 . Projeto Diálogos (Ed) Brasília, WWF, Cirad, ICV, Ipam, CDS, UE, pp 45-81.
- Samper Mario; Torrens, Joao. 2014. “Políticas públicas para el desarrollo de los territorios rurales”, en Stervins Alexis y Hans Nusselder (editores), *Un recorrido por líneas locales. Aportes para políticas públicas en el sector rural de Centroamérica, el Caribe y la Región Andina* (San José: Centro de Estudios Rurales)
- Samper, M. ; González, H. (comp.). (2013). *Construyendo territorios participativos: Sistematización de experiencias de desarrollo rural territorial en el centro de América*. IICA, San José, Costa rica. Schejtman, A. y Berdegue, J.A. (2004). *Desarrollo territorial rural. Debates y Temas Rurales* N°1. RIMISP, Santiago de Chile.
- Schejtman A., Berdegue J., Desarrollo territorial rural. *Debates y Temas Rurales*, n°. 1. Santiago de Chile: Ed. RIMISP, BID, FIDA. 2004
- Sepúlveda S; Rodriguez A.; Echeverri R.; Portilla M. 2003. El enfoque territorial de desarrollo rural, San José, C.R. : IICA,180 p
- Sepúlveda, S. (2001). *Desarrollo Sostenible Microregional: Métodos para la planificación local*. IICA, universidad Nacional de Costa rica, Consejo de la Tierra. San José, Costa rica (Versión revisada)
- Sepúlveda, S. 2008. *Desarrollo Sostenible de los Territorios Rurales: Métodos de Planificación*. IICA, San José, Costa rica.
- Sepúlveda, S. y Duncan, M. (2009). *Gestión del Desarrollo de Territorios Rurales en Brasil*. IICA, San José, Costa Rica.
- Smith A, Sorbets C., Le leadership politique et le territoire. Les cadres d’analyse en débat, Rennes, Presses Universitaires de Rennes (coll. Respublica), 2003, p.229
- Soto Baquero, F.; Beduschi Filho, L.C. ; Falconi, C. (editores). (2007). *Desarrollo territorial rural. Análisis de experiencias en Brasil, Chile y México*. Oficina regional de la FAO para América latina y el Caribe, Santiago de Chile
- Sotomayor, O, Sabourin, E; Sayago, D. 2013. Programas de Desenvolvimento Territorial na América Latina. Debate com Octavio Sotomayor, Unidade de Desenvolvimento Rural – CEPAL / Territorial Development Programs in Latin America. A Debate with Octavio Sotomayor, *Sustentabilidade em Debate*, 4 (2): 101-112. <http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/view/10050/7365>
- Thelen, K. (1999). "Historical institutionalism in comparative politics." *Annual Review of Political Science* 2: 369-404.
- Thelen, K. (2003). Comment les institutions évoluent : perspectives de l'analyse historique. L'année de la régulation Economie, Institutions, Pouvoirs. Vol.7: p.13-37.

- Thoenig J. C. ; Duran P ;, L'État et la gestion publique territoriale. In: *Revue française de science politique*, 46e année, n°4, 1996. pp. 580-623.
[/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1996_num_46_4_395082](#)
- Thoenig J.C., (2005) Pour une épistémologie des recherches sur l'action publique, in G. Filâtre et G. fr Terssac (coord.) *Les dynamiques intermédiaires au cœur de l'action publique*. Toulouse, Octarès : pp. 285-306.
- Tonneau J.P.; Sabourin E. (org.) (2007) *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Vázquez Barquero, A. (1999): *Desarrollo, redes e innovación*, Madrid.
- Veiga, J E da. (2006) Potencial de cooperação e articulação no desenvolvimento rural, In Sabourin E (Org) *Associativismo, cooperativismo e economia solidaria no melhor rural*, Cadernos do CEAM n° 23, Brasília, Universidade de Brasília, CEAM, NEAGRI
- Wampler, B. e Avritzer, L. "Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático", em Vera Coelho e Marcos Nobre (orgs.) *Participação e Deliberação*. São Paulo, Ed. 34, 2004.